

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

PROCESSO Nº: 1127042-2022

NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO Nº: 1.866/2023 – 1.867/2023

DIEGO RODRIGO DE OLIVEIRA e LAILA CRISTINA PEREIRA, Presidente e Pregoeira da **ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE – CONSÓRCIO AMEG**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 35. 617. 360/0001-11, com sede administrativa na Rua Benedita da Silveira Maia, 144, Jardim Pinheiros, CEP: 37903-660, Passos/MG por intermédio de sua Procuradora Geral **LAURA GONÇALVES SANTOS**, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, tempestivamente e com fundamento no Regimento Interno desse egrégio Tribunal de Contas, apresentar **MANIFESTAÇÃO** acerca do quanto requerido na Notificação nº 1.866/2023 e nº 1.867/2023, exarada por esse egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Inicialmente pugna-se pela juntada aos autos de toda a documentação pertinente as fases internas e externas do Processo Licitatório nº 057/2022 – Pregão Eletrônico nº 010/2022 e atas de registro de preços.

Por conseguinte, esclareço a Vossa Senhoria que não foram anexadas contratos administrativos ou notas de empenho, haja vista o Consórcio AMEG não realizou nenhum contrato em seu nome com os vencedores do certame.



Esclarece ainda, que todo o processo Licitatório tramitou durante o mandato do ex-presidente o Sr. Felipe Cardoso Carielo, Prefeito de Carmo do Rio Claro, o qual ocupava o cargo durante o exercício de 2022.

Por fim, esclarece que os fatos narrados na denúncia não são verdadeiros, pois encontram-se fundamentados em dois pontos, senão vejamos:

Primeiro o Denunciante afirma que a Pregoeira não respondeu a impugnação, o que não é verdade e pode ser visualizado no processo licitatório em anexo nas seguintes paginas: página 419 (recebimento da impugnação); página 452 (despacho de suspensão para análise da impugnação); página 554 (parecer jurídico acerca da impugnação); página 559 (despacho resposta a impugnação); e por fim página 520 (cópia da resposta à denunciante enviada por e-mail).

Em segundo alega o Denunciante que o edital restringiu a concorrência do certame, o que também não merece guarida. Em consonância à jurisprudência, o entendimento é de que não impõem restrição à competitividade do certame os requisitos estabelecidos pelo instrumento convocatório como no caso em concreto, tendo em vista o amparo aplicado a esfera discricionária da Administração, fato já reconhecido pelo r. despacho que indeferiu o pedido liminar. Vejamos o entendimento jurisprudencial de casos que versaram sobre o mesmo assunto:

“Processo: 1119749

Natureza: DENÚNCIA

Denunciante: Belabru Comércio e Representações Ltda.

Denunciada: Prefeitura Municipal de Paiva

Interessada: Liliane Afonso de Campos

Procuradora: Vanessa Cristina Faria Claro, OAB/SP 253.774

MPTC: Daniel de Carvalho Guimarães

RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO

SEGUNDA CÂMARA – 26/5/2022

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. FORNECIMENTO DE VEÍCULOS ZEROQUILÔMETRO. FORNECIMENTO APENAS POR CONCESSIONÁRIAS AUTORIZADAS OU FABRICANTES. EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE. IMPROCEDÊNCIA.

1. Nos termos da Deliberação n. 64 do CONTRAN e da disciplina de concessão comercial prevista na Lei n. 6.729/79, veículo novo é aquele comercializado por concessionária ou fabricante antes de registro e licenciamento. Por esse motivo, a Administração, ao permitir somente a participação de licitantes que se enquadram no conceito de concessionárias ou fabricantes, não busca cercear a competitividade, mas sim delinear devidamente o objeto, garantindo o cumprimento da obrigação pretendida.



2. Compete ao gestor público observar as potencialidades do mercado e as necessidades doente que ele representa, avaliando as circunstâncias do caso concreto e, conforme seja viável ou não a aquisição de veículos já previamente licenciados, optar pela maior ou menor amplitude da concorrência. **Em outras palavras, é discricionariedade da Administração Pública a escolha pela aquisição de veículos novos apenas da montadora/fabricante ou da concessionária, devendo restar tal opção claramente estabelecida no edital."**

Por todo exposto, pugna-se pelo arquivamento do presente feito ante as infundadas alegações apresentadas pelo Denunciante.

Nestes Termos,

Pede e Aguarda Deferimento.

Passos/MG, 16 de fevereiro de 2023.

LAURA GONÇALVES SANTOS
Procuradora Geral
OAB/MG 219.151

